

# Entrevista com Paulo Tavares

por Aline Y. Hasegawa e Chico Caminati

Paulo Tavares é um arquiteto e urbanista brasileiro formado pela UNICAMP. Desde 2008 vive entre São Paulo e Londres, onde realizou um estudo sobre o ar<sup>1</sup> – as implicações epistemológicas da mediação técnica de sua gestão geopolítica – junto ao programa de Mestrado em Arquitetura do Centro de Pesquisa em Arquitetura (CPA), Goldsmiths - Universidade de Londres. *Atualmente está na fase final de elaboração de uma tese sobre conflitos territoriais/ecológicos na Amazônia, também sendo realizada no CPA, com apoio da CAPES. Lecionou na escola de arquitetura da London Metropolitan University, e desde 2008 é professor do programa de mestrado em arquitetura do CPA. Seus textos foram publicados em diversos meios em diferentes países, incluindo Piseagrama<sup>2</sup> e Outras Palavras<sup>3</sup> (Brasil), Nada (Portugal), Alfabeta2 (Italia), Cabinet Magazine (EUA), entre outras. Seu último projeto, intitulado “Direitos não-humanos”, está em exibição na exposição Animismo, Casa das Culturas do Mundo, Berlim<sup>4</sup>.*

*Durante esses anos fora do Brasil, realizou diversas viagens de pesquisa de campo para o Equador, Peru, Egito, Palestina, Israel e Guatemala. No Brasil, esteve em Altamira-PA percorrendo trechos da transamazônica até chegar na região da construção de Belo Monte. No Pará esteve também em Santarém. Foi a Rio Branco-AC e de lá cruzou a fronteira Acre-Peru, seguindo a nova ligação rodoviária conhecida como Transoceânica, onde conheceu a realidade de alguns garimpos peruanos. E, em algumas dessas ocasiões, indo ou vindo, passou também por Brasília, entreposto privilegiado para qualquer trajeto direcionado à fronteira Oeste, e que talvez seja o maior símbolo da relação entre modernidade e colonialidade que sua pesquisa articula de maneira instigante não só para uma História da Arquitetura e do Urbanismo, mas também para a Sociologia e demais Ciências Sociais.*

*Em setembro de 2011, durante passagem pelo Brasil, e entre uma viagem e outra, Paulo Tavares esteve na UFSCar participando do primeiro seminário “Áskesis Convida”, onde realizou uma apresentação intitulada “Aprendendo com a Amazônia”. Na ocasião de sua passagem por São Carlos iniciamos esta entrevista, que acabou sendo concluída através de e-mail, entre uma viagem e outra.*

---

1 General Essay on Air. Disponível em: <<http://www.paulotavares.net/air/>>. Acesso em: jan. 2012

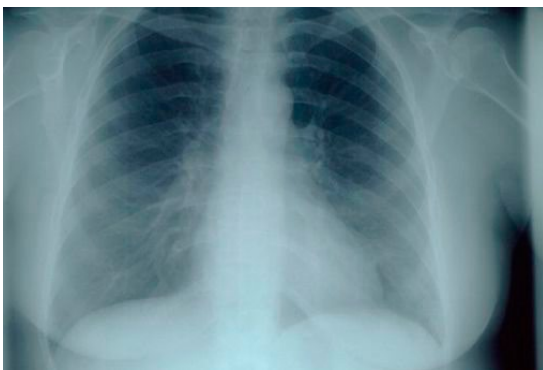
2 Rádio-práticas e a ocupação do espectro urbano. Disponível em: <<http://piseagrama.org/artigo/150/radio-praticas-e-a-ocupacao-do-espectro-urbano/>>. Acesso em: dez. 2011.

3 Petróleo e batalha jurídica internacional na Amazônia. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/03/30/lago-agrio-batalha-juridica-global/>>. Acesso em: fev. 2012.

4 Animism. Disponível em: <[http://www.hkw.de/en/programm/2012/animismus/animismus\\_68723.php](http://www.hkw.de/en/programm/2012/animismus/animismus_68723.php)> Acesso em: fev. 2012.



**Imagem 1:** Garimpo no Peru. Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Tavares



**Imagem 2:** Pulmão escaneado na borda. Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Tavares.

**Áskesis** – Paulo, conte como você chegou na Inglaterra? Quais foram as experiências que você considera que foram cruciais para a sua pesquisa atualmente? Gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória acadêmica no Brasil e depois na Inglaterra, e como você começou a estudar a questão da Amazônia? Além disso, quais são as dificuldades de fazer um doutorado fora do país?

**Paulo Tavares** - Eu cheguei na Inglaterra de avião. Desci em Heathrow, o maior e principal aeroporto da ilha, que fica a 20 km do centro de Londres. Heathrow é uma das bordas mais policiadas, mais vigiadas, mais controladas e difíceis de se penetrar em toda a *Eurozone*. Antes de cruzar a fronteira internacional efetivamente, levaram-me para um sala fechada, conectada por um grande corredor a uma série de outras salas. Este espaço fica dentro do aeroporto, mas sem nenhuma comunicação visual com o resto do conjunto. Dentro desta sala, uma senhora vestida de branco e azul como se fosse uma enfermeira, ou talvez uma cientista ou algo assim, com um uniforme que não era policial mas lembrava mais um ambiente médico ou laboratorial, pediu para eu despir minha camisa e fez chapas radiográficas do meu pulmão. Em certo sentido, este conjunto de salas parece funcionar como uma espécie de ‘espaço hospitalar’ encravado dentro do complexo aeroportuário. Como venho do Brasil, um país que, como a maioria dos países do terceiro mundo não erradicou a tuberculose, o raio X era essencial para confirmar que eu não trazia nada dentro do meu corpo que pudesse reintroduzir um elemento que foi completamente banido do território do Reino Unido. É um procedimento praxe, comum

à maioria dos imigrantes que vivem no sul do globo, e que, tirando algum constrangimento, desconforto e sensação de violação, é, na verdade, pouco violento.

Do ponto de vista geopolítico-jurídico, esta sala hospitalar é uma espécie de limbo territorial legal: ela não está nem dentro nem fora da Inglaterra. Na verdade, ela está precisamente na fronteira, ela é a fronteira. É como se as linhas fictícias que demarcam as divisões entre diferentes soberanias num mapa ganhassem uma espessura espacial, topográfica, tornando-se um espaço em si mesma. Neste lugar, que é ao mesmo tempo um não lugar, o sujeito encontra-se dentro de uma espécie de cordão sanitário que funciona como um filtro: certas coisas podem passar outras coisas não podem. Há um fino controle do que pode estar dentro e do que deve ser excluído; impõe-se um certo regime de mobilidade, controle de fluxos e movimentos que, em acordo com uma lógica policial, deve barrar ou deixar entrar certos elementos. Isso inclui não apenas indivíduos, mas todo e qualquer elemento, até mesmo micro-organismos, bactérias etc. É a lógica do *scanning*.

Como eu venho de um campo de pensamento onde o espaço, a dimensão arquitetônica, urbana, geográfica e territorial é fundamental, esta experiência trivial ficou registrada. Ela demonstra a dimensão material do que é conhecido por “Forte Europa” - uma rígida barreira que circunda toda a *Eurozone*. É claro que, comparado com os milhares de migrantes afegãos, os desertados do Paquistão, de Bangladesh, do Iraque ou da África, lugares sob os quais a conotação negativa excludente é muito mais forte do que em relação aos migrantes vindo do Brasil, por exemplo, este episódio não é nada se não uma fração de um cotidiano global muito mais violento. Entretanto, diante de sua pergunta sobre minha experiência na Inglaterra, e sobre como eu havia chegado na ilha, eu creio que este episódio é ilustrativo de uma série de outras coisas que me preocupam. É uma experiência através da qual o sujeito dá-se conta da “materialidade do mapa”, da dimensão espacial de uma barreira, aquilo que numa cartografia é apenas uma linha, mas na realidade trata-se de todo um aparato tecno-espacial, que serve um certo tipo de poder, um certo tipo de regime de governo, uma certa ordem excludente. Logo o meu interesse, pois esta situação revela que a arquitetura, o urbano, o território, o ambiente não são “panos de fundo” sob os quais as relações sociais acontecem, mas são os próprios meios – os *medias* – através dos quais conflitos sócio-políticos desdobram-se, e este entendimento do espaço como meio – como *media* – de conflito é essencial para meu trabalho. Neste sentido, a sociologia, que acho que é o que interessa seu leitor, me parece muito problemática, porque geralmente entende o ‘social’ como completamente destacado e separado do espaço.

No mais, como qualquer estudante aqui ou acolá, minha experiência pessoal, minhas dificuldades, são as mesmas de qualquer um, e não creio que sejam matéria boa para essa entrevista. Tampouco creio que minha trajetória acadêmica seja interessante para seu leitor. A outra pergunta, sobre como comecei a me interessar e estudar a Amazônia, me parece mais relevante, porque vai além da minha subjetividade privada.

Comecei a me interessar pela Amazônia a partir de um desconforto com a ausência da Amazônia dentro da historiografia da arquitetura e do urbanismo. Além da antropologia, que no mais das vezes não demonstra muito interesse ou reflexão sobre o espaço, a historiografia do território Amazônico é em larga medida narrada desde um ponto de vista do ‘pensamento de Estado’. Grande parte da geografia e história territorial da Amazônia, não apenas no Brasil mas também em outros países da América Latina, não é nada mais que a história da formação do Estado e da consolidação de um aparato de estado em escala territorial. Ocupação do território, modernidade e desenvolvimento são ideias tratadas como orgânicas entre si, como se fossem parte do mesmo processo e necessárias entre si. Do meu ponto de vista, tratar estes elementos

como homólogos é uma ilusão ideológica (para não dizer uma falha teórica/conceitual).

Na realidade, eu creio que há uma dimensão intrínseca na formação do Estado-moderno brasileiro, e de maneira geral nos chamados países 'pós-coloniais', que está intimamente ligada à um processo de colonização. Repare que não estou falando de colonização como um período histórico, pré independência, mas sim como espécie de relação que se estabelece com o território/população e que, no meu entender, é estruturante de nossa modernidade. No limite, este processo assume as formas mais violentas que estão implícitas neste tipo de regime colonial. Entretanto, entre nós, a colonialidade foi algo totalmente positivado, e tal violência é, no mais das vezes, obliterada em nome de um tipo suspeito de nacionalismo que nada mais é do que a própria projeção do poder do aparelho de Estado sobre o território. Existe uma dimensão colonial na modernidade, mas que, em larga medida, é apagada em nome do *status quo* de uma identidade nacional hegemônica.

Olhar a Amazônia deste ponto de vista revela precisamente tal dimensão colonial presente em nosso processo – conservador – de modernização e de 'formação da sociedade nacional'. O mesmo vale para outros países da América Latina. E, em certa medida, este é o paradoxo contemporâneo da América Latina: desenvolvimento, modernidade e colonialidade. É preciso, portanto, repensar esta relação, tanto historicamente como em suas dimensões contemporâneas.

**Áskesis** - *Quais disputas você enfrentou para conseguir se inserir no debate e na produção de conhecimento em uma universidade em Londres, ou isso não foi um problema? Em que medida essa experiência lhe fez refletir sobre as disputas no campo intelectual? Ser brasileiro - e latino americano - fez alguma diferença?*

**Paulo Tavares** - Creio que vocês estão corretos quando apontam que há disputas no campo do saber. Para ligar com o que falávamos à pouco, é possível entender o projeto colonial, por exemplo, como um espécie de 'necro-política', para falar junto com o filósofo sul-africano Achille Mbembe, que não diz respeito somente à eliminação de 'corpos', mas também de um processo que posiciona outros saberes, outras 'epistemologias' como objetos de dominação e, no limite, aniquilação, morte mesmo. Não se trata de um efeito colateral, mas central – é preciso eliminar certos modos de vida e certos modos de conhecimento para que a ocupação territorial e hegemonia cultural seja possível.

De certa maneira, o aparato ocidental de saber foi construído sobre este lógica – eliminar outras formas de saber e de saber-fazer – e, em larga medida, isso continua, ainda que sob uma forma velada e, por assim dizer, 'politicamente correta'. Logo, o que conta ou não como discurso, o que passa ou não passa como visível, o que é percebido apenas como um 'ruído' ou o que é realmente dotado de sentido político, histórico, cultural etc. é um questão de disputa, não apenas no campo intelectual, acadêmico, mas também no campo estético. Portanto, esta é uma questão que, para mim, permeia toda a produção de conhecimento, produção artística, estética e cultural. Para além de Londres. O mesmo vale para São Paulo, por exemplo, ou outros lugares. Em certo sentido, os 'centros modernos' do terceiro mundo reproduzem a mesma necro-lógica colonial segundo a qual Londres foi construída como metrópole global, mas direcionada para suas periferias locais. E o Brasil, em certo sentido, reproduz a mesma lógica em escala regional.

É claro que Londres tem suas peculiaridades, afinal, foi o centro de um dos maiores impérios que observamos na história. E em muitos aspectos Londres ainda acha que ocupa a mesma posição, o mesmo papel, o mesmo espaço que ocupava durante a Pax Britânica, apesar

de toda a pompa imperial victoriana que persiste cheirar à mofo... Londres é, sem dúvida, um lugar riquíssimo do ponto de vista da produção do conhecimento. Há muita gente boa, muita ideia interessante, muita coisa circulando... É uma questão de *grana*, sem dúvida, questão de poder, recursos... em suma, capital simbólico e material. E, obviamente, isso também é um resquício do projeto colonial -- porque o colonialismo demandava um grande aparato de produção de saber sobre as colônias. No caso de Londres, especialmente sobre a África e Ásia. Daí por exemplo você encontrar uma instituição super forte – e hoje considerada de esquerda – chamada “Escola de Estudos Orientais e Africanos”. É uma instituição derivada de um projeto colonial e criada para o projeto colonial. O mesmo pode ser dito para os “estudos de área” que surgiram durante a guerra fria nos EUA, – tipo ‘Latin American Studies’ –, que eram verdadeiras máquinas de gerar conhecimento sobre o terceiro mundo e ainda o são, mas agora já muito mais politizados... por assim dizer. Boa parte dos estudos *gringos* sobre a *sub* América que são lidos nas escolas de sociologia ou de antropologia do Brasil são derivações destes esquemas ‘*area studies*’. E tem muita coisa interessante realmente, mas também uma série de problemas. Voltando à Londres, muita gente do terceiro mundo circula por aqui e trabalha por aqui e produz conhecimento crítico por aqui... é uma coisa bem *cosmopolítica*, no bom sentido da palavra.

Então sim, há disputa sobre formas de se produzir conhecimento etc., mas, na minha opinião isso diz menos respeito a ideia de que há alguma espécie de dificuldade pessoal em se inserir no debate e mais sobre a disputa em torno do que conta ou não como debate, o que passa ou não como discurso, o que torna-se ou não visível. Na verdade, há muito interesse pelo Sul por aqui – daí a lógica colonial do saber/poder, para o qual todo centro de poder está afinado. É impressionante, por exemplo, observar como o Brasil, apesar de ser o país com a maior população negra África, sabe muito pouco da África, ou do Caribe, ou da Ásia etc. Fala-se muito pouco sobre estes países, estuda-se muito pouco suas histórias... nossa academia é obcecada pelos franceses. Em Londres, ao contrário, tem-se tem muito mais informação sobre esses lugares, muito mais interesse, muito mais intercâmbio...

Eu creio que isto seja uma questão crítica, propriamente geopolítica. E se estamos levando a sério um projeto ‘Sul’ como alternativa a séculos de dominação branca ocidental, e pensando o papel do Brasil como ‘projeto devir-menor’ referência para uma ordem global menos desigual, é preciso urgentemente reorientar nosso interesse para além do velho mundo. Digo isso sem nenhum preconceito contra os Europeus e a cultura ocidental, que obviamente produziu e produz coisas super ricas e interessantes... dizer o oposto seria bobagem. Mas é preciso pensar o eixo geopolítico do pensamento, o *geo-locus* de enunciação das questões que realmente interessam e redirecionar o canal de troca e intercâmbio.

No meu entender, não é uma questão de que coisas particulares interessam ao terceiro mundo, e que somente devemos nos voltar a elas, mas, na verdade, questões que são peculiares deste lado do globo interessam a humanidade como tal – são questões universais, e, quando observadas, necessariamente implicam num reposicionamento dos eixos de conexões entre saberes e lugares.

Quanto ao fato de ser latino americano, tirando o preconceito básico, isso na verdade só me ajuda. Há uma empatia imediata entre habitantes do terceiro mundo, migrantes que vieram do sul. Vivemos a mesma experiência. Compartilhamos da colonização, de ditaduras militares enfiadas goela abaixo pelas super potencias da guerra fria, dividimos os mesmos traumas dos ‘ajustes estruturais’ neoliberais via FMI nos anos 80s e 90s. Experiecio isso cotidianamente. Vivo entre turcos, árabes, africanos subsaarianos e ser latino-americano é um passaporte para andar onde quero. Há barreiras, é claro..... como nos aeroportos. Há preconceito e, no limite,

racismo. Percebi tudo isso, mas perto de outros migrantes vindo de outras partes só posso dizer que foi muito pouco... Mas isso é o menos importante, pois na verdade ser *sub* americano traz mais benefícios que dificuldades. Sem mencionar o fato que sou parte da nação corintiana, que é mundialmente reconhecida, fato que me garantiu entrada em muitos lugares. Como por exemplo quando fui visitar um dos campo de refugiados em Ramalah, na Palestina... ser um membro da nação alvinegra me fez imediatamente reconhecido e bem vindo. O futebol é uma língua universal.

**Áskesis** - *Você falou sobre a formação do Estado moderno brasileiro refletindo a lógica da violência colonial e mesmo de certa forma estendendo-a, prolongando um processo através do outro. A partir daquilo que você acessou em suas pesquisas no Equador e no Peru, de que maneira a experiência dos outros países hispânicos da América do Sul se diferencia e se aproxima da experiência do Brasil? E como podemos aplicar a chave “desenvolvimento, modernidade, colonialidade” para o entendimento dos processos contemporâneos nestes e outros países da nossa região que, sem exagero, aproximam-se de experiências de refundação do Estado moderno, só que agora pluri (e não só) nacional, fundamentadas em conceitos autóctones como o de Pachamama, estamos diante de uma invenção política que quebra a lógica proposta pela chave anterior? Foi esse o motivo de um certo hype entorno da esquerda sul americana informado pela esquerda europeia (continental e inglesa)?*

**Paulo Tavares** - Eu creio que, em larga medida, pode-se falar de uma história relativamente similar, uma ‘macro-história comum’, por assim dizer, aos países subdesenvolvidos/pós-coloniais em relação ao processo de formação do Estado-nação moderno segundo esta lógica modernidade/colonialidade que formulei logo acima, especialmente sobre a América Latina. Me arriscaria a dizer, a partir deste ponto de vista, que a história do continente sub-americano é uma só, que é única e a mesma. Por isso Galeano pode escrever um épico continental, pois há realmente algo em comum, uma certa experiência histórica partilhada, que eu creio que é válida.

Em certo sentido, em várias áreas e países do continente sub americano, estamos observando um questionamento de tais premissas --- colonialidade/modernidade, e um de seus vetores principais, *el desarrollo*. Vide por exemplo as convulsões políticas dos anos 2000 na Bolívia e no Equador e, em menor escala, no Peru (como por exemplo os eventos que levaram à violência na Curva do Diabo em Baguá em 2009 e que ficaram conhecidos como a Insurgência Amazônica). Há um questionamento da ideia de desenvolvimento/modernidade, e logo, o sentido que estes dois elementos tiveram dentro do ‘prolongamento’ de uma lógica colonial. Eu creio que isso é muito real e possível de se observar em vários níveis, tanto no discursivo e no simbólico quanto na prática, e mesmo na rua. O que não quer dizer que as coisas estejam caminhando para uma “descolonização”, pelo contrário... acabo de voltar do Equador e a impressão é precisamente a oposta. Mas vou deixar este tópico para outro momento. Do outro lado, eu penso que não se pode negar que os movimentos de crítica ao regime neoliberal que foi imposto em escala continental na América Latina que começam a surgir no final dos anos 90 e seguem pelos anos 2000 não tenham colocado estes termos em cheque. Cada vez mais pergunta-se: qual desenvolvimento cara-pálida?

Entretanto, me parece que justamente este ponto ---- *El desarrollo* --- tenha também surgido de forma rejuvenescida. É especialmente o caso do Brasil --- o paradoxo Belo Monte --- mas não só do Brasil. Na verdade, é o caso exemplar do Brasil enquanto o Brasil está sendo projetado como modelo para a região e enquanto avança sua capacidade de intervenção política e

econômica – o que os peruanos e equatorianos chamam de ‘imperial’ – para outras áreas do continente. Há uma certa reativação da noção de desenvolvimento, e do paradigma desenvolvimentista espalhado por toda a região e que se tornou o mote dos tão chamados ‘governos progressistas’. No Brasil isto é muito forte, e o mito de um país em desenvolvimento ainda é hegemônico. No meu entender toda a controvérsia em torno de Belo Monte peca porque esquece que, fundamentalmente, o bloqueio de Kararaô – que foi um bloqueio de um esquema militar desenvolvimentista financiado pelo FMI – representa a memória de uma alternativa ao ‘desarrollo’ e, mais do que uma ameaça ao ecossistema ou aos povos que ali vivem, trata-se de uma espécie de memória política, inscrita no ecossistema e na cultura destas populações, que está sendo apagada. Em outros países pode se dizer o mesmo, principalmente no Equador e no Peru.

Nós conhecemos este esquema de desenvolvimento, que fundamentalmente é baseado numa lógica extrativista, que aprofunda nosso papel subalterno na divisão territorial do trabalho e prolonga a violência estrutural da modernidade contra a *Pachamama*. Este esquema violento extrativista é precisamente o que Galeano escreveu em “As Veias Abertas da América Latina”, e que Alberto Acosta chama de “tragédia nacional” no caso do Equador contemporâneo. É fundamentalmente um esquema colonial, ao menos em relação ao território, à natureza. No Equador este paradoxo está à flor da pele, porque o governo está adotando uma postura paternalista com relação aos movimentos sociais financiada pela *grana* proveniente da expansão da fronteira mineradora sobre a Amazônia.

Este tipo de novo discurso desenvolvimentista, que é um discurso progressista, “socialista” ou de uma ‘revolução cidadã’, tende a passar como um discurso anticolonial, mas no fundo eu creio que é legítimo perguntar se de fato estamos rompendo com tal paradigma.

No entanto, eu concordo com vocês: ao menos em discurso, e em lei, há uma espécie de tentativa de reformular a relação entre Estado-território-população que é fascinante. No meu ponto de vista, fascinante precisamente nestes dois aspectos que vocês mencionam: a introdução do conceito de plurinacionalidade, que é uma demanda formulada nos anos 90; e a entrada da *Pachamama* como sujeito de direito, que é uma coisa muito mais recente.

Eu creio que estes dois aspectos são, como vocês mesmos falaram, ‘invenções políticas’ que estão abrindo caminhos para poder se pensar algo novo e diferente, mais justo e mais ético. Veja, por exemplo, a solução liberal democrática para o problema da plurinacionalidade, das múltiplas etnias, da multiculturalidade no Leste Europeu após o colapso da Iugoslávia: ela é chamada “partition” --- a divisão do que era um só território numa série de micro nações, cada qual com sua ‘maioria’ e sua ‘minorias’ étnica religiosa. Divisão, segmentação, ao invés da pluralidade. Isto é o que é chamado de ‘Balkanização’ no jargão da ciência política. No jargão liberal democrático ocidental, isto é chamado ‘multi culturalismo’. No meu entender, este foi o processo chave para a introdução do neoliberalismo nestes lugares e certa eliminação de qualquer possibilidade de um projeto comum, de um projeto de *commons*, do que era a utopia do comunismo em prol de uma lógica individualista privada etc.

Agora compare isso com o conceito de plurinacionalidade elaborado no Equador: Nina Pacari, uma advogada e ativista intimamente ligada ao movimento indígena equatoriano, hoje juíza da corte suprema do Equador, elaborou a ideia de que não se pode pensar as comunidades indígenas como ‘minorias étnicas’, simplesmente porque não é uma questão de números perante uma estatística de estado, mas, na verdade, trata-se de quebrar a falsa homologia – que no limite é fascista – entre os conceitos de nação e de Estado. Não existe relação de sobreposição entre ambos, e, foi justamente a construção de tal sobreposição que desdobrou-

-se nos esquemas mais violentos da modernidade. Quebrar este link entre Estado e Nação é assumir uma série de consequências profundas ao nível político ecológico: por exemplo, cada nação tem uma relação específica com seu território, e é precisamente a particularidade de tal relação entre povo e terra que dá tal qualidade a este povo enquanto nação. Reconhecer tal nação então significa preservar tais relações, e, portanto, estas diferentes formas de lidar/governar o território.

Do ponto de vista do Estado, esta mudança é algo muito difícil de aceitar. Com o multiculturalismo o Estado está relativamente tranquilo: “ok, te damos alguns direitos, alocamos alguma terra, incorporamos alguns costumes e, principalmente, sua imagem, como identidade nacional”, entretanto, o modo como se estabelece e se articula a relação população-território do ponto de vista do governo é relativamente intocada.

A plurinacionalidade traz novas questões, e aqui entro no segundo aspecto da pergunta, a *Pachamama*: em certo sentido, a modernidade foi menos a imposição de uma cultura homogênea e mais a imposição violenta de uma mono-natureza. O conceito de *Pachamama*, ou melhor, a introdução de uma outra natureza no esquema de governo, na lei, na cultura, na maneira de se ver e pensar o mundo quebra com a constituição moderna e exige uma transformação radical de uma série de premissas que, para nós, eram consideradas naturais. Na verdade, e aqui eu discordo do termo ‘autóctone’, mesmo o conceito de *Pachamama* é complicado, porque não consegue abrigar a multiplicidade de naturezas que existe no meio dos povos indígenas do Equador, por exemplo. Eu creio que a presença da *Pacha* representa menos a penetração de uma multiculturalidade dentro da linguagem do aparato de Estado e mais a quebra com a mono-natureza imposta da modernidade. Daí sua força que, na verdade, não é só indígena no meu entender, mas proveniente de um encontro entre ‘cosmologias primitivas’ e outros pensamentos de matriz ocidental moderna, como a ecologia por exemplo, ou mesmo o marxismo. Numa recente conversa com o Luis Macas, um dos protagonistas do movimento indígena do Equador e antigo presidente da CONAIE, ficou muito claro que o discurso sobre a *Pachamama* está totalmente articulado com noções como ‘ecossistemas’, ou ‘ciclos vitais’, ou coisas parecidas que provém da ecologia por exemplo, e, principalmente para Luis, com uma noção do *commons* – de comunidade e igualdade expandida entre social e natural – que faz referência direta ao pensamento de Marx.

Para terminar, eu só gostaria de acrescentar que, diante de suas perguntas, todas muito amplas e complexas, e que na maioria das vezes escapam minha área de ‘expertise’, eu só poderia responder, e assim o fiz, menos como uma voz de autoridade sobre o assunto e mais como alguém que, andando por aí, observa coisas, pessoas e lugares, e faz disso matéria de interesse, de curiosidade e de compromisso político para além de qualquer vínculo acadêmico/profissional. De tal forma que respondo mais como um cidadão ordinário deste mundo grande do que como alguém que realmente tem algo para dizer sobre estes assuntos.